



Prática e curricularização da extensão nos cursos de filosofia: um relato de experiência

ADRIANA SANTOS TABOSA

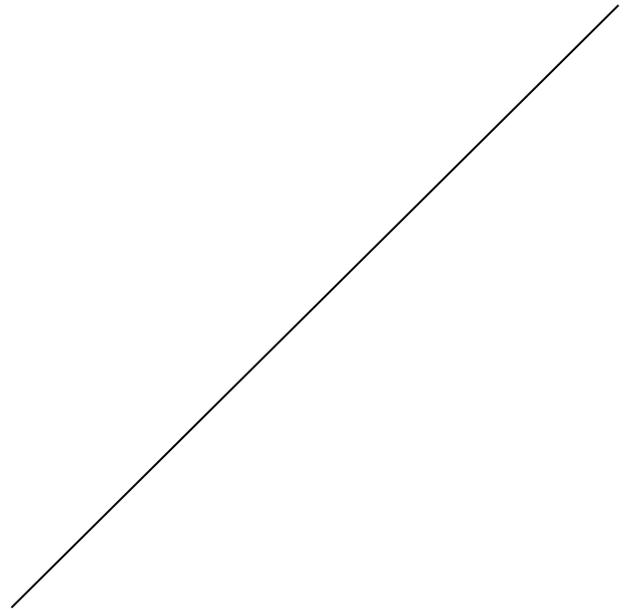
Practice and curricularization of
extension in philosophy courses: an
experience report

PALAVRAS-CHAVE
CURRICULARIZAÇÃO
DA EXTENSÃO.
FILOSOFIA. LIVRO
DIDÁTICO. PRÁTICA
DOCENTE.

RESUMO Este relato de experiência é sobre uma atividade de pesquisa realizada com estudantes matriculados em uma disciplina intitulada, “Prática de Filosofia Política”, que integra o grupo “Macro Componentes de Práticas de Ensino”, do nosso curso. Este é o grupo dos componentes prático-extensionistas. A pesquisa consistiu em uma análise comparativa entre o conteúdo estudado na ementa da disciplina, e os conteúdos sobre “Filosofia Política” trabalhados em alguns livros didáticos de filosofia indicados pelo PNLD 2021-2024, que foram escolhidos pelos discentes. Essa análise comparativa foi realizada nos dias das aulas da disciplina, que ocorriam semanalmente. Dos livros didáticos analisados, alguns atenderam parcial ou satisfatoriamente à maioria das questões solicitadas. Não obstante, alguns atenderam apenas parcialmente às questões solicitadas. Apesar de todos os autores e temas estudados no curso serem mencionados nos livros, nem sempre os temas são apresentados claramente e, ao mesmo tempo, incentivam a reflexão crítica. Assim como, nem sempre utilizam citações das obras dos filósofos estudados. O objetivo da nossa investigação foi verificar se há uma articulação entre o que é estudado pela disciplina e o que é estudado nos livros didáticos analisados. Se os temas e/ou autores estudados são mencionados, ou conforme abordados nos livros didáticos.

KEYWORDS
CURRICULARIZATION
OF EXTENSION.
PHILOSOPHY.
DIDACTIC BOOKS.
TEACHING PRACTICE.

ABSTRACT This experience report is about a research activity conducted with students matriculated in a discipline entitled, “Practice of Political Philosophy”, which integrates the group “Macro Components of Teaching Practices”, of our course. This is a group of practical-extensionist components. The research consisted of a comparative analysis between the content studied on the discipline’s course program, and the content on “Political Philosophy” studied on some philosophy didactic books indicated, by the PNLD 2021-2024, which were chosen by the students. This comparative analysis was conducted out on the days of the discipline’s classes, which took place weekly. Of the didactic books analyzed, some partially or satisfactorily answered most of the questions requested. However, some only partially answered the questions requested. Although all the authors and themes studied in the course are mentioned in the books, the themes are not always presented clearly and, at the same time, encourage critical reflection. Likewise, they do not always use quotes from the works of the philosophers studied. The objective of our investigation was to verify if there is an articulation between what is studied by the discipline and what is studied in the analyzed philosophy didactic books. If the themes and/or authors studied are mentioned or how they are addressed in philosophy didactic books.



INTRODUÇÃO Em 2023,¹ fui responsável por ministrar uma disciplina intitulada, “Prática de Filosofia Política”, com carga horária total de 75 horas. Esta disciplina foi criada a partir da constituição do novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura do meu curso, para atender a Resolução Nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015.

A disciplina foi configurada como prática-extensionista após a publicação da Nota Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que permitiu que a carga horária da curricularização da extensão fosse desenvolvida a partir das disciplinas práticas nos componentes curriculares¹.

Ou seja, esta permissão se refere ao Artigo 11, da Resolução CNE/CP nº 2/2019, incisos II e III, o Grupo II e o Grupo III, alínea b. Deste modo, a disciplina deve cumprir o propósito de transpor a ideia de cisão entre teoria e prática, propondo um planejamento didático que possibilite a percepção da articulação entre teoria e prática, característico deste componente curricular. Como também, ela deve cumprir a prática efetiva de extensão, com base no PNE – 2014/2024, na Lei n. 13005/2018, na Nota Técnica do Ministério da Educação sobre a Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019, e na Resolução CNE/CSE n. 07/2018.

Diante do que orientam as leis, normas, resoluções e instruções normativas sobre o que caracteriza os componentes curriculares práticos e extensionistas, o nosso maior desafio é ajustarmos as disciplinas do curso de Filosofia, para atendermos efetivamente ao que é solicitado sobre a prática e a extensão. As disciplinas do curso de Filosofia se caracterizam como componentes teóricos. Na maioria das vezes, a metodologia utilizada em sala de aula consiste na leitura, discussão, na análise crítica e reflexiva de textos, na identificação do discurso, da argumentação e da fundamentação teórica dos textos utilizados em sala, ao longo do semestre:

¹ Nota Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, p. 11

A filosofia é sempre método – pensar é também saber pensar – mas um método acompanhado de sua razão de ser e de uma verdadeira cultura. É por isso que o aprendizado da filosofia não pode dispensar a leitura, a interpretação de textos e a redação sobre questões constantemente retomadas [...]. Deste modo, a aprendizagem da filosofia, que visa em princípio à autonomia intelectual, não pode dispensar o domínio de técnicas de leitura, de interpretação de textos e de tratamentos sistemáticos de questões clássicas. Ao conformar-se e ao obrigar-se a tais exercícios, o espírito se forma autenticamente, se disciplina metodicamente, para satisfazer aquilo que o motiva, um desejo de pensar” (FOLSCHIED, D.; WUNENBURGER, J.J, 2006, p. XII).

Conforme o exposto, a disciplina “Prática de Filosofia Política” é uma das disciplinas do nosso curso que compõe o quadro de “Práticas nos Componentes Curriculares”. Todavia, para que esta disciplina cumpra as exigências de um componente prático, é necessário que ela tenha por principal objetivo o aprendizado enfatizado na prática docente. Ou seja, ela deve contribuir para formar especialistas nesta área de conhecimento, que saibam ensinar este conteúdo curricular que estão estudando. Em outros termos, é para que os discentes que cursam esta disciplina, não apenas apreendam o seu conteúdo teórico, mas que aprendam como devem ensinar este conteúdo:

A maioria dos cursos de licenciatura dão enfoque aos componentes curriculares das áreas específicas de maneira desarticulada da didática. Algumas instituições, inclusive, oferecem esses componentes em departamentos separados, ficando a parte didática de responsabilidade apenas dos professores dos programas de Pedagogia. A partir dessa abordagem desarticulada, é possível formar especialistas nas áreas de conhecimento específicas, mas não se conseguirá formar professores que de fato saibam ensinar o conteúdo curricular para o qual são formados. (Nota Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, 7.2, p. 6).

Do mesmo modo, esta disciplina também deve cumprir a prática efetiva da extensão. O que caracteriza a atividade de extensão é principalmente o envolvimento e integração entre comunidades externas e internas de uma universidade, a fim de desenvolverem objetivos e/ou habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os(as) estudantes são os agentes protagonistas na organização e execução. O estudante deve ser o protagonista da atividade com participação em etapas significativas do processo e não apenas ouvinte ou cursista.

O objetivo principal da curricularização da extensão é tornar evidente o papel social das universidades. Fazer com que as universidades “saíam dos seus próprios muros” e cheguem, efetivamente, à comunidade externa². Possibilitar que os estudantes aprendam, para além da sala de aula, e interajam com a sociedade. A integração entre prática e extensão nos componentes curriculares é percebida a partir de seus objetivos: uma forma na qual o estudante desenvolva, na prática, o conteúdo teórico aprendido na sala de aula.

De acordo com Paulo Freire (1983, p. 13), a extensão deve ser, antes de tudo, “educativa”. O objetivo desta interação com a comunidade externa é proporcionar uma relação de aprendizagem e transformação simultâneas entre estudantes e comunidade externa. Ainda conforme Freire (1983, p.13), o propósito da curricularização da extensão não deve ser uma ação que “coisifique” a comunidade externa como uma mera transmissão de conhecimento, mas, antes de tudo, uma ação que promova o “educar” e “educar-se” dos envolvidos nesta ação.

Conforme também o que já foi dito anteriormente, o nosso maior desafio é encontrar um equilíbrio entre o que caracteriza o método de

2 Paulo Freire em sua obra: “Extensão ou Comunicação”, ao analisar o sentido semântico da palavra “extensão”, reforça que a extensão se fundamenta na ação de “quem estende, estende alguma coisa a ou até alguém” (1983, p.11). A curricularização da extensão deve ser pensada deste modo, como uma ação que envolva os estudantes, os agentes (aquele que estende a ação) e comunidade externa (aquele que recebe o conteúdo da ação).

formação próprio do nosso curso e as particularidades que configuram a prática e a extensão. Isso não é uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque envolve uma tradição formativa na graduação em Filosofia, que prioriza o teórico. Nós próprios docentes fomos formados para seguirmos essa tradição. Em segundo lugar, por justamente ser um curso cuja natureza é essencialmente teórica, a maior dificuldade é percebermos como exercer a prática em concomitância com a teoria.

Atividades de extensão em Filosofia são geralmente feitas por intermédio de cursos, oficinas e eventos. Contudo, os eventos, cursos, minicursos, oficinas e demais atividades acadêmicas dessa natureza, são realizados nas e pelas próprias universidades, e têm por público-alvo: estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, profissionais da área, de áreas correlatas e “demais interessados”.

Contudo, em que medida o público-alvo “demais interessados” tem acesso efetivo a alguma dessas atividades realizadas pelas universidades? A finalidade da extensão é que essas atividades acadêmicas tenham por fim principal atingir realmente a este público “demais interessados”, ou seja, a comunidade verdadeiramente externa, e que não fiquem restritas à própria comunidade acadêmica.

Não obstante, os cursos de Filosofia que adotam os programas de Iniciação à Docência do Pibid e Residência Pedagógica, apesar de ambos não serem curricularização da extensão propriamente dita, julgamos que os programas podem contribuir com a extensão e possuem algumas das características da extensão: os estudantes são os protagonistas das ações do Pibid e da Residência Pedagógica. Os docentes responsáveis pelos programas, os coordenadores dos subprojetos, planejam e coordenam as ações. Todavia, essas ações são executadas pelos estudantes bolsistas.

Os programas envolvem em suas ações, docentes, técnicos-administrativos (os servidores que integram a coordenação institucional do Pibid e RP), discentes e demais sujeitos coletivos (a comunidade escolar). Pibid e RP podem envolver as comunidades externas às instituições de ensino superior, a partir de ações extensionistas em parceria com as escolas.

Esta breve contextualização foi necessária, para demonstrarmos como foi pensada a solução para a construção do processo didático-metodológico da disciplina, “Prática de Filosofia Política”. Um plano de curso foi elaborado para cumprirmos concretamente a característica deste componente curricular prático-extensionista. Nosso objetivo principal, ao elaborarmos o plano de curso desta disciplina, foi encontrar um meio no qual trabalhássemos o conteúdo teórico da disciplina sem dissociá-lo da prática.

Até porque, é importante ressaltar, que não é possível ensinar algo sem nós termos o domínio teórico daquele conteúdo que será ensinado. Um saber prático dissociado da teoria não possibilitaria uma formação crítica reflexiva do que deve ser ensinado. Todavia, não adianta, também, nós possuímos um domínio teórico se não soubermos como transmiti-lo. Pelas razões expostas, o nosso intento foi construir um plano de curso para esta disciplina, no qual dirimíssemos essa desarticulação entre teoria e prática.

METODOLOGIA³ Para cumprirmos o caráter prático desta disciplina, nós elaboramos uma atividade na qual foi possível articularmos teoria e prática, a partir de uma das sugestões contidas no item 8.3, da Nota

3 A metodologia da pesquisa filosófica consiste na leitura, na análise crítica e reflexiva de textos. Por essa razão optamos pela sugestão contida no item 8.3, da Nota Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, “análise de livros didáticos comumente utilizados nas escolas”.

Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Dentre as sugestões apresentadas, nós utilizamos a opção, “análise de livros didáticos comumente utilizados nas escolas”:

Tais documentos englobam desde filmagens de salas de aula reais, ensaios, transcrições de situações de ensino e aprendizagem, atividades realizadas por estudantes, estudos de casos para resolução conjunta, análises de livros didáticos comumente utilizados nas escolas, estudos da estrutura curricular das áreas de conhecimento específicas na Educação Básica, estudos do meio, do contexto, da política educacional, do currículo, entre outras possibilidades (Nota Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, 8.3, p. 8).

A atividade foi pensada conforme as temáticas e/ou autores contidos na ementa da disciplina e desenvolvida durante as aulas, que ocorriam semanalmente. A partir de cada texto estudado em sala, os estudantes da classe, durante as aulas, faziam a análise comparativa entre o texto estudado e o conteúdo existente no livro didático escolhido por cada um deles. Para o desenvolvimento desta atividade de leitura comparativa, os estudantes utilizavam um questionário norteador.

Foi solicitado aos estudantes que eles optassem, preferencialmente, pela utilização dos livros indicados pelo PNL D 2021–2024. Os textos estudados durante o curso de “Prática de Filosofia Política” foram os seguintes: o Livro III, de *A Política* de Aristóteles (Pol. III, 1274b 30–35 – 1281a 5–10). A partir deste texto, nós estudamos os conceitos aristotélicos de cidadão, cidadania, a definição de cidade, quais são as virtudes (*aretai*) do cidadão, os diversos regimes e formas de autoridade, a finalidade da cidade, os tipos de governo e seus respectivos desvios, a natureza da democracia e a noção de virtude como o fim da cidade.

Os capítulos XIII e XIV, de *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* de Thomas Hobbes. Por intermédio deste texto, nós estudamos os seguintes conceitos em Hobbes: estado de natureza, a noção de *jus naturale*, a distinção entre direito e lei, liberdade, alienação/transferência de direito, dever, o “contrato social”.

Os capítulos VII e VIII do *Segundo tratado sobre o governo civil* de John Locke. A partir deste texto, nós estudamos os seguintes conceitos e noções em Locke: a noção de propriedade, formação das sociedades políticas, dos fins da sociedade política e do governo, das formas da comunidade civil, distinção entre associação e sociedade política.

O capítulo I, de *Contrato Social ou Princípios do Direito Político*, de Jean-Jacques Rousseau. Com base neste texto, nós estudamos os conceitos de estado de natureza, contrato social e vontade geral, segundo Rousseau. Por fim, estudamos os capítulos I e II do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels. Por intermédio deste texto, nós estudamos os conceitos de luta de classes, da noção de “Estado burguês”, comunismo, propriedade burguesa e mais-valia.

A primeira parte da atividade era desenvolvida a partir da leitura, análise e discussão dos textos estudados durante as aulas. Após essa leitura, análise e discussão do texto teórico estudado, os estudantes identificavam os conceitos centrais contidos no texto, e tinham por atividade pesquisar se esses conceitos eram mencionados e como eram desenvolvidos nos livros didáticos escolhidos.

Após esta identificação inicial e pesquisa comparativa, eles respondiam às questões do questionário norteador. A terceira etapa da atividade

desenvolvida nas aulas consistia na socialização desta atividade de pesquisa com a turma, por intermédio de uma discussão coletiva com os demais colegas. Cada um apresentava os resultados de suas pesquisas, com base no respectivo livro didático escolhido.

Por fim, os resultados do desenvolvimento destas atividades semanais tiveram por objetivo a construção de um relato de experiência, elaborado com o auxílio de outro questionário norteador. Este relato de experiência foi socializado em um evento que ocorreu ao final do semestre, em conjunto com outra disciplina, “Filosofia Política e Coletividade” e com a participação de estudantes de outros semestres, assim como, de bolsistas do PIBID, como público ouvinte.

4
Optamos por não mencionar os títulos das obras ou identificá-las pormenorizadamente, nem apresentar os resultados das pesquisas destas obras, porque a nossa intenção é narrar apenas como foi desenvolvido o componente prático-extensionista em um curso de Filosofia, e, por conseguinte, qual foi a atividade exercida para caracterizar a disciplina como uma prática, a partir da instrução da Nota Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES⁴ Dos livros didáticos analisados, alguns atenderam parcial ou satisfatoriamente a maioria das questões solicitadas. Os livros abordam todos os autores e temáticas estudados na ementa da disciplina do curso. Os temas são apresentados claramente e, ao mesmo tempo, incentiva a reflexão crítica. São organizados estruturalmente em capítulos, seções e subseções, de modo que facilitam o entendimento do conteúdo. Para cada seção há uma introdução e conclusão dos temas discutidos. As imagens utilizadas não estão descontextualizadas das temáticas e auxiliam no entendimento do conteúdo.

Os livros didáticos também apresentam as referências bibliográficas dos autores estudados na disciplina do curso e utilizam citações dessas referências. Propõem sugestões de outros tipos de material didático de apoio, como indicação de filmes, textos literários etc. Utilizam a estrutura de temas contextualizando os autores e as fases da história da filosofia. Incentivam a reflexão filosófica e preservam a autonomia do docente. De modo geral, percebemos a correspondência entre o que é estudado na disciplina e o que é abordado nos livros didáticos.

Os demais livros didáticos analisados atenderam parcialmente às questões solicitadas. Apesar de todos os autores e temas estudados no curso serem mencionados nos livros, nem sempre havia citação ou referência à obra do autor/filósofo. Apesar de os livros estarem organizados em capítulos e seções, a organização não facilitava o entendimento do conteúdo abordado.

As seções não apresentavam um sumário, nem uma introdução geral sobre os temas. As imagens utilizadas não eram contextualizadas ao conteúdo versado. Em um dos livros, as imagens não eram coloridas e eram muito pequenas. Apesar de seguirem uma estrutura de temas ou de contexto histórico, não apresentavam uma abordagem verdadeiramente crítica e reflexiva. Não indicavam exercícios nem possibilitavam a interdisciplinaridade da filosofia com outras áreas de conhecimento, como também, não havia sugestões de outros tipos de material didático de apoio. Após a efetuada a pesquisa comparativa, nós percebemos que os demais livros analisados não atendiam satisfatoriamente a todos os critérios necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS O objetivo da pesquisa, que analisou o conteúdo estudado na ementa de uma disciplina intitulada, “Prática de Filosofia Política”, pertencente ao grupo de disciplinas que compõem o “Macro Componentes de Práticas de Ensino”, instituída no currículo do nosso curso de licenciatura em Filosofia, após a reforma proposta na

Resolução N° 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015, foi verificar, primeiramente, se há uma articulação entre o que é estudado pela disciplina e o que é estudado nos livros didáticos de Filosofia, utilizados no Ensino Médio, e escolhidos pelos discentes matriculados no curso.

Em segundo lugar, a proposta da pesquisa foi para cumprirmos concretamente a característica desta disciplina, que foi configurada como um componente curricular prático-extensionista, com base na referida Resolução N° 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015 e na Nota Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019.

Para exercermos a característica prática da disciplina, nós aplicamos a uma das sugestões contidas no item 8.3, da Nota Técnica de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019: “análise de livros didáticos comumente utilizados nas escolas”. Julgamos que a atividade de pesquisa realizada durante as aulas da disciplina possibilitou a vinculação entre teoria e prática.

Para cumprirmos a extensão, foi indicado para os discentes que eles tivessem acesso aos livros didáticos utilizados em algumas escolas e verificassem *in loco* como esse material era aplicado, seja por intermédio dos colegas bolsistas do Programa de Iniciação à Docência, da Residência Pedagógica ou por intermédio das disciplinas de Estágio. Todavia, o que caracterizou a ação extensionista da disciplina foi a interação com os colegas bolsistas do Pibid, da Residência Pedagógica, de Estágio, o contato com a comunidade externa, a partir da análise dos livros didáticos utilizados, como também, com a atividade de socialização dos resultados da atividade de pesquisa.

O relato de experiência desta atividade de pesquisa foi socializado em um evento que ocorreu ao final do semestre, em conjunto com outra disciplina, “Filosofia Política e Coletividade” e com a participação de estudantes, como público ouvinte de outros semestres, de bolsistas e supervisoras do Pibid, da Residência Pedagógica e de estudantes do programa de Pós-graduação em Filosofia.

Apesar de a pesquisa não ter contemplado todos os livros didáticos de Filosofia, indicados pelo PNLD 2021-2024 e utilizados no Ensino Médio, nós pudemos verificar o que foi o objetivo proposto para a nossa atividade de pesquisa. Percebemos que, mesmo após a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a partir da Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017 e da reforma no Ensino Médio, previstas na Lei 13.415/17 e na Resolução CNE/CEB n. 03/2018, que fizeram com que os livros didáticos tivessem de ser reformulados, existe uma articulação entre o conteúdo estudado na ementa da disciplina, “Prática de Filosofia Política” e o conteúdo sobre “Filosofia Política” contido nos livros didáticos de Filosofia. Todos os autores e temas estudados durante o curso são abordados nos livros didáticos de Filosofia.

Pudemos verificar, também, por intermédio da nossa pesquisa, como os temas e/ou autores estudados na disciplina são mencionados, ou de que modo são abordados nos livros didáticos de Filosofia. Julgamos que a nossa atividade de pesquisa contribuiu para a articulação entre teoria, prática e extensão, assim como, com o planejamento e execução de atividades pedagógicas, na elaboração de planos de aula e materiais didáticos que contemplem essa articulação.

A nossa maior dificuldade foi cumprirmos rigorosamente o caráter prático-extensionista da disciplina. Ou seja, não incorrerem na dissociação entre teoria e prática. Todavia, apesar da dificuldade, nós julgamos que conseguimos encontrar um equilíbrio entre o que caracteriza o método de formação próprio do nosso curso e as particularidades que configuram a prática e a extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica - SEB. **GUIA DIGITAL: EQUIPE PNLD 2021 - OBJETO 3 - OBRAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA. FILOSOFIA.** Disponível em: < https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_formacao_continuada_pnld_2021_obj3_filosofia.pdf>. Acesso em: 25 jul 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2022-pdf/238401-nota-de-esclarecimento-sobre-a-resolucao-cnecp-n-2-2019/file>>. Acesso em: 15 jul 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 14 jul 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.** Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em: 16 jul 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018.** Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf>. Acesso em 14 jul 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular. 22/12/2017.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em 10 jun 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA>. Acesso em 11 de jul de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio): Base Legal.** Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> Acesso em 03 mar. 2023.

BRASIL. Parecer 015/1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio.** Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica, Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Par1598.pdf> Acesso em: 04 mar. 2023.

CARVALHO, Lena Costa. **Livros didáticos do Novo Ensino Médio: o choque do PNLD 2021.** SENTENTIA. Fevereiro/2021. Disponível em: <<https://sententia.com.br/lenacostacarvalho/2021/livros-didaticos-novo-ensino-medio-pnld/>>. Acesso em: 12 jul de 2023.

FOLSCHEID, Dominique e WUNENBURGER, Jean-Jaques. Metodologia Filosófica. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana). **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Filosofia - PPC - Lic/UEFS.** Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS/Pró-reitoria de Ensino de Graduação, 2018.